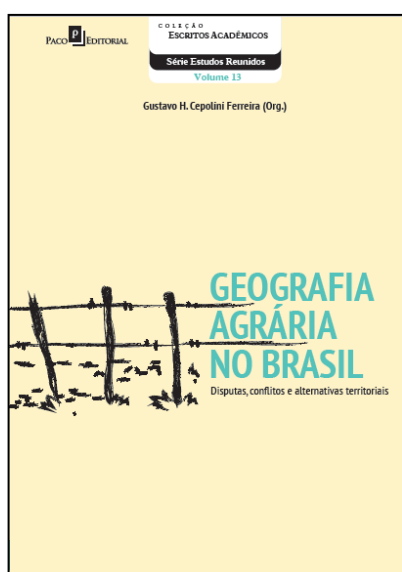


## RESENHA

FERREIRA, Gustavo H. Cepolini (Org.). **Geografia Agrária no Brasil**: disputas, conflitos e alternativas territoriais. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2016. 389 p.

### Célia de Assis Mata

Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES/Câmpus Pirapora-MG. Bolsista de Iniciação Científica – BIC/CAMPI/UNIMONTES.  
celiamata1981@hotmail.com



A presente coletânea: “Geografia Agrária do Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais”, integra a Coleção Escritos Acadêmicos, Série Estudos Reunidos, Volume 13 da Paco Editorial. Trata-se de uma obra organizada pelo professor e pesquisador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira.

O foco da referida coletânea é analisar os inúmeros contextos dos conflitos, disputas e alternativas territoriais existentes no campo brasileiro. Na apresentação, o organizador evidencia que: “Trata-se de uma coletânea que reflete alguns cenários importantes do

campo brasileiro, cuja conflitualidade e a barbárie estão territorializadas em função do modelo predominante no país, ou seja, o agronegócio em detrimento da agricultura camponesa” (p. 11). A coletânea divide-se na seguinte estrutura: breve apresentação dos autores, prefácio e quatorze capítulos.

No 1º capítulo, intitulado “A questão da terra no Brasil e a Música Popular Brasileira, na sala de aula de Geografia”, o autor Rui Ribeiro de Campos (1948 -2015) aborda a relação que o ser humano estabelece com o som, a canção e sua relevância na vida cultural dos brasileiros, pois a música ajuda na desenvoltura da linguagem poética. Dentre as músicas apresentadas neste capítulo, destaca-se “O Cio da Terra”. Nesse contexto, o autor indica a relação com a terra ao produzirem alimentos e enfatiza o papel do campesinato nesse processo. Outra letra apresentada no decorrer do denso capítulo é “O Admirável Gado Novo”, cuja canção permite algumas analogias com os desafios da cidadania no país, bem como, analisa os impactos oriundos da pecuária, sobretudo, na Amazônia. Trata-se de um importante ensaio envolvendo: MPB, questão agrária e o Ensino de Geografia.

No capítulo 2, “Estrangeirização de terras no Brasil: nuances da Geografia Política para o entendimento da questão agrária”, de autoria de Janaina Francisca de Souza Campos Vinha, a pesquisadora aborda a luta e a aquisição de terras no território brasileiro pelos estrangeiros.

A estrangeirização de terras tem como meta a produção de monoculturas para a exportação. A estrangeirização promove o agronegócio e a expansão do capital, aumento dos conflitos territoriais e fundiário, ainda promove um aumento do preço das propriedades, proporcionando um desenvolvimento em escala maior do agronegócio, o qual cresce de forma assustadora, afetando o modo de produção do território camponês.

Já no capítulo 3, “A Comissão Pastoral da Terra e os conflitos nos campos brasileiros 1985 a 2014”, os pesquisadores Gustavo Henrique Cepolini Ferreira e Ricardo Manffrenatti Venturelli apresentam uma análise dos conflitos do campo e da luta pelo acesso à terra no território brasileiro. Para isso, utilizam os dados oriundos da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Salientam ainda que a CPT e luta a Igreja Católica são de suma importância na luta pela terra, pois registraram os conflitos territoriais no Brasil, além de denunciar e organizar parte da luta com as comunidades e movimentos camponeses, indígenas, quilombolas em outros.

No decorrer desse capítulo, os autores apresentam alguns mapas, evidenciando os conflitos por terra, água e trabalhistas nos últimos 30 anos. Trata-se, portanto, de uma leitura dos conflitos no campo brasileiro, ou seja, uma perversa e contraditória luta de classes.

No capítulo 4, “O empréstimo da vaca: um estudo da dialética entre Pronaf e o habitus camponês em comunidades camponesas na Zona da Mata Paraibana”, de Michell Tolentino, o autor tece uma reflexão sobre a ação do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – enquanto política pública de crédito do governo federal.

O título “empréstimo da vaca” decorre da utilização dos camponeses do crédito do Pronaf para aquisição de bovinos. Barra de Atenas foi uma das comunidades visitadas na Paraíba. Os camponeses relataram que o Pronaf é um programa direcionado às atividades produtivas e exige um retorno do dinheiro que foi aplicado no campo. Por isso, os camponeses são obrigados a investir em uma atividade mais segura, na qual teriam uma probabilidade maior de pagar a sua dívida junto ao banco/Pronaf e, assim, obter uma renda. Por isso, o dinheiro dos camponeses era investido, sobretudo, em bovinos, porque, segundo relataram os mesmos, investir o dinheiro na agricultura seria uma verdadeira

aventura em função do contexto regional.

O capítulo 5, intitulado “Sertão: o papel da agropecuária no processo de ocupada do semiárido brasileiro”, de Antônia dos Reis Salustiano Evangelista, cujo objetivo foi o de compreender a diversidade do termo sertão. No período colonial, o mesmo era utilizado para designar uma ou mais regiões, já no século XVIII os colonizadores utilizavam o termo Sertão para designar as terras do novo território. O Sertão também pode ser utilizado como área distante e pouco habitada.

Desde o período colonial, litoral e sertão eram vistos de formas opostas. O primeiro era o espaço habitado pelos negros e pelos índios, já o sertão era um espaço desconhecido, isolado, perigoso, habitado pelos bárbaros, era um lugar onde a Igreja ainda não tinha o domínio. No período contemporâneo, o sertão é o espaço da pecuária; na mídia, o mesmo é mostrado como um local de extrema pobreza e do consequente atraso econômico. O discurso da seca nesta região perpassa uma história de exploração política intitulada de “indústria da seca”, como salienta a autora.

No capítulo 6, “A transposição do rio São Francisco: argumentos contra e a favor, e as necessidades em torno de projetos agrícolas”, dos pesquisadores André Tomé de Assis e Maria Aparecida dos Santos Tubaldini, ressaltam o amplo e contraditório projeto de transposição do Rio São Francisco que visa solucionar problemas de escassez hídrica na região Nordeste do Brasil. A transposição possibilitaria o abastecimento humano, a irrigação e criação de peixes da região nordestina. No que se referem à transposição, os autores indicam alguns argumentos favoráveis e contrários ao projeto.

Os autores citam como o Ministério da Integração Nacional avalia o projeto, ou seja, apregoam tal transposição como a solução para o problema da seca do Nordeste, seguindo da integração com as demais bacias do semiárido nordestino como a solução para a problemática da seca. Na sequência indicam que o projeto da transposição do rio São Francisco esta fadado ao insucesso, pois, ele beneficia uma minoria de privilegiados, quando atende aos interesses de poucos em detrimento do interesse coletivo. Assim, a questão da transposição de parte das águas do Rio São Francisco para o sertão nordestino ainda gera muitos debates, contudo o rio é uma fonte de esperança para as regiões secas do Brasil, principalmente a nordestina.

No capítulo 7, “Contribuição ao estudo da Geografia Agrária: o debate sobre territorialização camponesa a partir do Vale do Jequitinhonha - MG”, de André Ricardo dos Santos Bersani, nota-se uma leitura importante sobre o campesinato, usando como base de estudo de caso no Vale do Jequitinhonha a comunidade Gangorra, em Itinga. O

capítulo aborda a constante batalha do campesinato em seu processo de territorialização, o qual envolve relações múltiplas de poder.

Sobre o campesinato do Vale do Jequitinhonha existem alguns trabalhos dentro desta perspectiva. É uma das regiões mais pobres do país; com o avanço tecnológico no campo, na década de 1960, houve uma expropriação de diversas famílias devido à plantação de eucalipto e para a criação do gado, ou seja, não havia, em tese, mais espaço naquele local para os camponeses.

Este capítulo apresenta ainda algumas propostas para análise da territorialização camponesa. Dessa forma são elaboradas estratégias entre território - zona e território - redes, contemplando os aspectos econômicos, políticos, culturais e ambientais. Também se faz necessário analisar a relação de poder histórico social e espaço temporal de cada comunidade.

Já no capítulo 8, “Projeto agroecológico em comunidade quilombola: avaliação a partir do conceito de território”, de Rafael Navas e Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello, destaca-se os direitos adquiridos pelos quilombos mediante a Constituição de 1988, direito legal ao território. O foco deste projeto foi a implantação agroecológica na Comunidade Quilombola Mandira, localizada em Cananéia/SP.

O território quilombola está intimamente relacionado à história da busca pela autonomia e liberdade. A identidade dos quilombolas é construída coletivamente com outras pessoas e com a sociedade, como relatado no presente capítulo.

O capítulo 9, intitulado “Identidade territorial das famílias rurais do município mato-grossense de São José dos Quatro Marcos”, os pesquisadores Júnior Miranda Scheuer e Sandra Mara Alves da Silva Neves destacam a formação da agricultura destacando o papel da família nas análises realizadas. Os autores apresentam a dimensão territorial como um espaço social que ao longo do tempo sofre mudanças. O mesmo está relacionado ao rural e ao urbano em pertencimento e por características socioculturais, tendo como meta o desenvolvimento territorial.

O capítulo 10, de autoria de Aline Cristina Nascimento e Marcelo do Nascimento Rosa, versa sobre “Expropriação e resistência camponesas a partir da construção da hidrelétrica de São José dos Quatro Marcos”. O objetivo elementar foi compreender as transformações ocorridas no Vale do Rio São Marcos a partir da territorialização da hidrelétrica Serra do Facão.

Para tecer tais análises, os autores indicam que o território vive em constante transformação, a luta dos camponeses em oposição à construção da hidrelétrica é histórica,

por isso, os camponeses buscam o respeito as suas propriedades, pois tiveram que sair de onde residiam porque o espaço agora seria ocupado pela hidrelétrica. Assim, os camponeses seguem resistindo na defesa do território para manter sua sobrevivência cotidiana enquanto as ações judiciais seguem em tramitação.

Já no capítulo 11, “Perspectiva para atividade turística frente ao processo de homogeneização da paisagem do agronegócio: olhares possíveis a partir do Cerrado”, de Thiago Sebastião de Melo, abordam-se alguns conflitos sociais, ambientais e culturais a partir do turismo nas áreas de Cerrado.

O autor indica que o turismo é visto como uma ferramenta de grande importância para o desenvolvimento de uma cidade, por isso, o governo federal tem ampliado os cursos superiores de Turismo nas universidades federais. Nesse sentido, salienta que a modernização do Cerrado está condicionada ao campo no que se refere à paisagem e produção, que estão ligadas ao desenvolvimento tecnológico. Assim, a paisagem deve ser analisada como sendo parte da territorialidade. Entende-se que uma determinada paisagem deve ser analisada em sua totalidade, não somente nos atrativos que o local oferece. O agronegócio é uma das grandes ameaças para o Cerrado, principalmente o cultivo de soja. Assim, reforça que o resultado desse contraditório desencontro é nítido, pois o agronegócio ao se territorializar altera as paisagens e os territórios.

O capítulo 12, de autoria das pesquisadoras Maria Leal de Conceição Nóbrega e Débora Assumpção e Lima, versam sobre “A garimpagem dos bens naturais e avanços dos plantios homogêneos de eucalipto na região do Bico do Papagaio”. O texto tem como destaque o plantio do monocultivo de eucalipto na região do Bico do Papagaio, tendo como recorte o oeste do Maranhão e o norte de Tocantins.

No decorrer do capítulo abordam o monopólio territorial pelo agronegócio através dos grandes grupos econômicos. Nos últimos anos, o plantio de eucalipto tem contribuído para a redução das florestas nativas da região. Sobre esse monocultivos indicam que tem como objetivo atender à indústria de celulose, papel, setores siderúrgico e energético. A introdução desta monocultura na região do Maranhão e Tocantins tem causado disputas pelo uso do território. Assim, a região do Bico do Papagaio está ligada à questão agrária, pois, milhares de trabalhadores perdem o direito a suas propriedades.

Nesse contexto, as autoras afirmam que o uso da terra é uma das problemáticas da região, já que a terra é elemento de disputa de diversos movimentos sociais que utilizam estratégias variadas para garantir o direito dos camponeses na luta e permanência na terra.

O capítulo 13, “Agronegócio e campesinato em Rondônia”, de Ricardo Gilson da

Costa Silva, destaca o avanço do agronegócio, sobretudo a produção de soja e pecuária. O autor salienta que o agronegócio da soja em Rondônia se configura na divisão do espaço territorial, abrindo caminho para a comercialização da mercadoria através do agronegócio globalizado. A presença do campesinato de origem sulista na região rondoniense é recente, e anteriormente configurava o campesinato extrativista, baseado no trabalho familiar, coletando castanhas, extração de látex, pescado e agricultura de subsistência familiar. O campo rondoniense também é cenário de conflitos, pois o campesinato busca reivindicar seus territórios, os grandes latifundiários usam da violência física e psicológica para silenciar os movimentos sociais do campo.

No último capítulo dessa coletânea, intitulado “A questão agrária, o território e as exigências do Capital”, de Reinaldo Corrêa Costa, discute-se o eixo denominado Xingu-Transamazônica, no Pará. Trata-se de uma leitura sobre a ação do capital sob as relações não capitalistas no campo.

Para o autor, o capitalismo é contraditório, uma vez que ainda existem pessoas sem energia elétrica, e na vizinhança existe rede de energia elétrica, pessoas sem terra ao lado de donos de grandes propriedades de terras. Para se pensar em uma reforma agrária eficiente será necessário ter como base o respeito aos limites da natureza, valorizando o saber tradicional, para que haja uma elaboração correta das políticas públicas voltada para a reforma agrária que respeite os diversos grupos sociais residentes naquele local, criando meios para que os camponeses possam produzir e se manter na terra.

Assim, encerra-se essa coletânea como uma importante contribuição para a Geografia Agrária brasileira, cuja marca histórica é repleta de conflitos, disputas, rebeldias, resistências e alternativas territoriais, as quais perpassam pela reforma agrária no país.

## REFERÊNCIAS

FERREIRA, Gustavo H. Cepolini (Org.). **Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais**. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2016. 389 p.

Recebido para avaliação em 06/12/2017  
Aceito para publicação em 08/04/2018